

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

Aos 3 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Distribuição e nomeação de relator para o pedido de parecer da 5.ª Comissão (COFMA) sobre o projeto de lei n.º 88/XIII/1.ª (PCP) – Estabelece um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca;**
4. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
  - **Petição n.º 43/XIII/1.ª - Solicita a reintrodução da prisão perpétua e o estabelecimento da imprescritibilidade dos crimes mais graves no Código Penal Português;**
  - **Petição n.º 46/XIII/1.ª - Solicitam que Paramjeet Singh Pamma não seja extraditado para a Índia;**
5. **Apreciação e votação do parecer sobre o relatório de progresso relativo à regulamentação das leis tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XII Legislaturas (5 de abril de 2002 a 22 de outubro de 2015);**  
**Relatora – Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição do Diretor-Geral da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;**
7. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa;**
8. **Aprovação das atas 9 a 16/XIII/1.ª (correspondentes às reuniões de 6 a 27 de janeiro de 2016);**
9. **Outros assuntos**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), como ponto prévio, foi anunciado que, na semana seguinte, teria lugar uma audição na Comissão com o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, na sequência da receção dos pareceres sobre

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL**

o funcionamento dos Sistema de Informações da República Portuguesa referentes ao ano de 2014 e ao primeiro semestre de 2015.

Não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foram comunicadas e distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

<b>Título do Documento</b>	<b>Deputado Relator</b>	<b>Data-limite de envio à CAE:</b>
<p><a href="#">Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais [COM(2015)634]</a>  <i>Para conhecimento, tendo sido enviada para escrutínio às Comissões de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª) e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.ª)</i></p>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	
<p><a href="#">Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens [COM(2015)635]</a>  <i>Para conhecimento, tendo sido enviada para escrutínio às Comissões de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª) e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.ª)</i></p>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	
<p><a href="#">Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1406/2002 que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima – [COM(2015)667]</a>  <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; de Defesa Nacional e á Economia, Inovação e Obras Públicas</i></p>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	
<p><a href="#">Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento n.º 562/2006 (CE) no que diz respeito ao reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes – [COM(2015)670]</a>  <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; de Defesa Nacional</i></p>	<b>Deputado Fernando Negrão (PSD)</b>	<b>17.02.2016</b>
<p><a href="#">Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2007/2004, o Regulamento (CE) n.º 863/2007 e a Decisão 2005/267/CE do Conselho – [COM(2015)671]</a>  <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; de Defesa Nacional e à Economia, Inovação e Obras Públicas (Não selecionada)</i></p>	<b>Deputado Fernando Negrão (PSD)</b>	<b>17.02.2016</b>



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à nomeação do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) como relator do parecer solicitado pela 5.ª Comissão (COFMA) sobre o [Projeto de Lei n.º 88/XIII/1.ª \(PCP\)](#) – Estabelece um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca

No quarto ponto da ordem do dia, a [Petição n.º 43/XIII/1.ª](#) - Solicita a reintrodução da prisão perpétua e o estabelecimento da imprescritibilidade dos crimes mais graves no Código Penal Português, foi distribuída e admitida parcialmente, circunscrita à matéria relativa à imprescritibilidade dos crimes mais graves no Código Penal, e no remanescente indeferida liminarmente, tendo sido nomeado relator o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Foi igualmente distribuída a [Petição n.º 46/XIII/1.ª](#) - *Solicitam que Paramjeet Singh Pamma não seja extraditado para a Índia*, tendo a Comissão deliberado que, previamente a uma decisão sobre a admissão da petição, seria promovido o seu aperfeiçoamento, com vista à completa identificação dos peticionantes, designadamente da sua nacionalidade e residência, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 9.º da Lei de Exercício do Direito de Petição.

A propósito da admissão das petições distribuídas, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) declarou que as mesmas deveriam ser liminarmente indeferidas, tendo o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) argumentado que o cidadão tem direito a uma resposta da Assembleia da República e o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) recordado que, no passado, a Comissão recorrera ao instituto do indeferimento liminar de petições sempre que assim o entendera, nos termos legais.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, a pedido da Senhora Deputada relatora Sara Madruga da Costa (PSD), procedeu-se ao adiamento da apreciação do Relatório de progresso relativo à regulamentação das leis tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XIII Legislaturas (5 de abril de 2002 a 22 de outubro de 2015).

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL**

No sexto ponto da ordem do dia, foi apreciado o requerimento do Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição do Diretor-Geral da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para vir prestar esclarecimentos sobre o estado atual dos estabelecimentos prisionais portugueses, designadamente no que se refere ao problema da sobrelotação das prisões, do subfinanciamento e das situações de degradação do sistema prisional, que foi apresentado pelo Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). No debate que se seguiu, intervieram os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Jorge Lacão (PS), tendo todos declarado tratar-se de um tema estrutural da maior importância, mas que a audição requerida teria de ser feita com alguma flexibilidade de tempo, a fim de permitir que o novo Diretor-Geral, que havia tomado posse há apenas dois dias, se pudesse inteirar dos problemas do sistema prisional.

No final, submetido a votação, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Dr. Júlio Pereira, para prestação de esclarecimentos sobre alegadas práticas violadoras de direitos fundamentais imputadas aos Serviços de Informações, nomeadamente o recurso recorrente a meios ilegais de escutas, que foi apresentado pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP), tendo este declarado que o Grupo Parlamentar do PCP não discordava que a audição solicitada ocorresse após a reunião da Comissão com o Conselho de Fiscalização do SIRP, agendada para a semana seguinte, reservando-se o direito de ponderar sobre a manutenção ou não do requerimento. Em seguida, intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Jorge Lacão (PS) e José Manuel Pureza (BE), que recordaram que o acompanhamento e fiscalização dos Serviços de Informações pelo Parlamento deveria ser feito, em primeira linha, através do Conselho de Fiscalização do SIRP, embora houvesse precedentes no que se refere à audição direta do Diretor-Geral do SIRP. Foi, ainda, sugerido pelo Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) que fosse enviado o requerimento apresentado pelo PCP ao Conselho de Fiscalização do SIRP, para que tomasse conhecimento das preocupações e dúvidas suscitadas sobre o

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL**

funcionamento dos Serviços de Informações, sugestão que não mereceu acolhimento por parte Senhor Presidente, por considerar que não só as reuniões da Comissão eram públicas como um dos membros do Conselho de Fiscalização era Deputado membro efetivo da Comissão. No final, foi adiada a votação do requerimento, com a anuência do Grupo Parlamentar proponente.

No oitavo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 9/XIII/1.ª a 16/XIII/1.ª, correspondentes às reuniões de 6 a 27 de janeiro de 2016, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

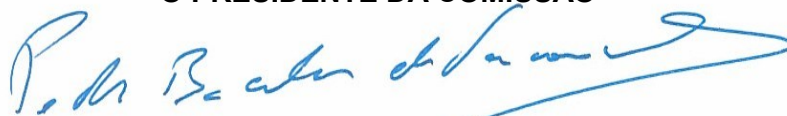
No ponto reservado a outros assuntos, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, o parecer da Subcomissão de Ética sobre levantamento de imunidade parlamentar - Processo de inquérito n.º 963/13.6TABRG, processado na 1.ª Secção Central de Instrução Criminal de Braga, relativo ao Senhor Deputado Hugo Alexandre Polido Pires, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Regulamento da Comissão

Por último, procedeu-se à fixação da [redação final](#), nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que «Recomenda ao Governo urgência na resolução dos obstáculos à emissão do cartão de cidadão com validade vitalícia» [[Projeto de Resolução n.º 76/XIII/1.ª \(BE\)](#)], tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as sugestões de redação da Informação n.º 14/DAPLEN/2016, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de fevereiro de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**

**Nota: Aprovada a 06-04-2016**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Sandra Cunha  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Carla Tavares  
Francisca Parreira  
Jorge Lação  
Maria Germana Rocha  
Sara Madruga da Costa  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Andreia Neto  
António Gameiro  
Hugo Lopes Soares  
Isabel Alves Moreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais  
José Luís Ferreira